



TERRITÓRIO INDÍGENA COLOMBIANO E O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE VIDA NUM CONTEXTO DE TENSÕES TERRITORIAIS

César Augusto Otálvaro-Sierra ¹
Ph.D. Roosevelt José Santos ²

RESUMO

Neste artigo, e no contexto do lugar vivido, abordamos as ações e reações da comunidade indígena colombiana de Barranco Tigre perante o estabelecimento da atividade turística no seu território. A partir da implantação do turismo naquela comunidade, analisamos as formas como o grupo social tem se apropriado do espaço e se relacionado com essa atividade considerando as suas estratégias políticas e organizativas. Além desse aspecto, discutimos as práticas sociais que afirmam suas concepções de natureza e território, seus significados e ressignificações em relação as suas territorialidades e compreensões do turismo, envolvendo oportunidades e conflitos que se têm desencadeado, principalmente em relação a mineração e outras atividades que comparecem na comunidade como ameaçadoras. Para análise dos processos sociais e seus impactos nos apoiamos principalmente nos conceitos de produção de natureza e território.

Palavras-chave: território, natureza, turismo, conflito, étnico.

RESUMEN

En este artículo, y en el contexto del lugar vivido, abordamos las acciones y reacciones de la comunidad indígena colombiana de Barranco Tigre ante el establecimiento de la actividad turística en su territorio. A partir de la implantación del turismo en esa comunidad, analizamos las formas en que el grupo social se ha apropiado del espacio y se ha relacionado con esa actividad considerando sus estrategias políticas y organizativas. Además de este aspecto, discutimos las prácticas sociales que afirman sus concepciones de naturaleza y territorio, sus significados y resignificaciones en relación a sus territorialidades y comprensiones del turismo, involucrando oportunidades y conflictos que se han desencadenado, principalmente en relación a la minería y otras actividades que comparecen en la comunidad como amenazadoras. Para el análisis de los procesos sociales y sus implicaciones nos apoyamos principalmente em los conceptos de producción de naturaleza y territorio.

Palabras clave: territorio, naturaleza, turismo, conflicto, étnico.

¹ Doutorando Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGEO, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, MG, Brasil. Integrante do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo-LAGECULT, do Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGEO, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, MG, Brasil. Integrante do grupo de pesquisa Recursos Estratégicos, Región y Dinámicas Socioambientales-RERDSA, do Instituto de Estudios Regionales-INER, Universidad de Antioquia-UdeA, Colômbia, caotalvaros@gmail.com.

² Docente Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGEO, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, MG, Brasil. Coordenador do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo-LAGECULT, do Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGEO, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, MG, Brasil, rosselvelt@ufu.br.

INTRODUÇÃO

O texto versa sobre a produção da natureza como possibilidade turística em territórios de vida indígena colombiano. Trata-se de abordarmos as implicações nas transformações cotidianas e seu desenvolvimento como projeto de vida, em comunidades constituídas cultural e historicamente em territórios ameaçados pelo interesse capitalista.

As contradições vivenciadas pelos indígenas são em grande parte derivadas dos múltiplos interesses postos em jogo sobre aquele território, sua natureza e aquilo que são interpretados como recurso, fortemente impulsionados pelo avanço do capital e sua necessidade de controle territorial para sua própria reprodução. Assim, o objetivo é compreender como o turismo comparece no lugar e no seu processo de reprodução, como que os seus agentes externos vão se apropriando das suas características culturais, políticas, econômicas, estabelecendo uma lógica de imposição do mercado. A despeito dos interesses capitalistas, também nos interessa analisar os projetos de vida das famílias indígenas, principalmente quando a comunidade age transformando parte do território em estratégia de permanência.

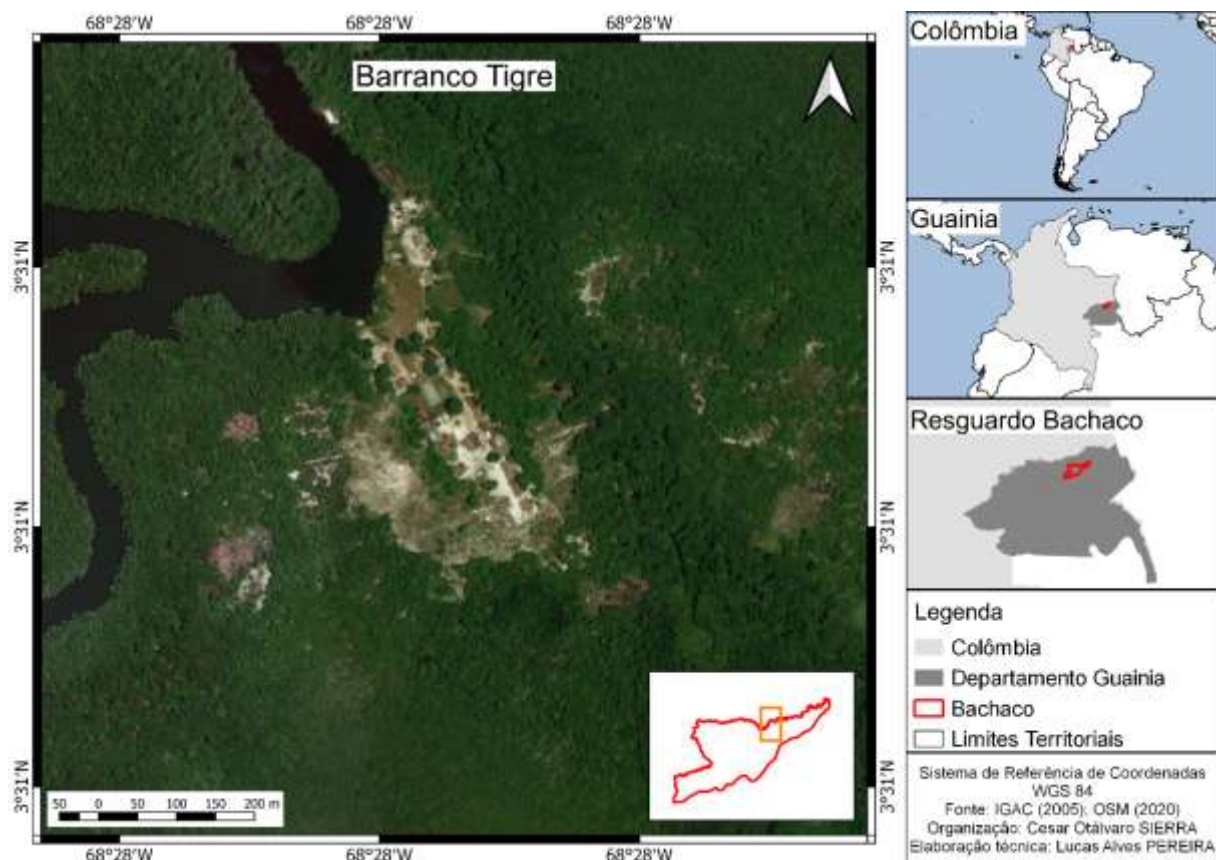
Especificamente neste artigo, e no contexto do lugar vivido, abordamos as ações e reações da comunidade de Barranco Tigre perante o estabelecimento da atividade turística no seu território. A partir da implantação do turismo naquela comunidade, analisamos as formas como o grupo social tem se apropriado e se relacionado com essa atividade considerando as suas estratégias políticas e organizativas. Além desse aspecto, discutimos as práticas sociais que afirmam suas concepções de natureza e território, seus significados e ressignificações em relação as suas territorialidades e compreensões do turismo, envolvendo oportunidades e conflitos que se têm desencadeado, principalmente em relação a mineração e outras atividades que aparecem na comunidade como ameaçadoras.

A comunidade indígena de Barranco Tigre se localiza às margens do rio Caño Bocón, um tributário do rio Inírida, o mesmo que faz parte da Estrela Fluvial do Inírida, um encontro de águas que configuram os principais afluentes do rio Orinoco. Reconhecida pela sua diversidade biológica, aquele território encontra-se sob a condição internacional de conservação de sítio RAMSAR desde 2014. Esse local faz



parte da área geográfica que configura os limites entre as bacias dos rios Orinoco e Amazonas (Noroeste da Amazônia), e se encontra na região da Amazônia colombiana.

Mapa 1 — Localização da comunidade Barranco Tigre.



O território da comunidade indígena de Barranco Tigre faz parte do resguardo Bachaco-Buena³ Vista do Departamento⁴ do Guainía, o qual, quase na sua totalidade, está composto por Resguardos Indígenas, territórios coletivos com autonomia administrativa segundo as leis nacionais (Constituição Política da Colômbia, artigos 63, 246, 357; Lei 21 de 1991; Lei 715 de 2001; Decreto presidencial 1953 de 2014), cujo objetivo é a preservação ambiental, social e cultural. Ao mesmo tempo, o Departamento está, quase na sua totalidade, dentro da reconhecida Zona de Reserva Florestal (Lei 2 de 1959). Essa área configura-se em um grande território da nação colombiana (a quase

³ Ao interior do resguardo Bachaco-Buena Vista se encontram dois assentamentos principais, Bachaco que é o menor em população (22 habitantes aproximadamente) e Barranco Tigre que é maior (110 habitantes aproximadamente).

⁴ Para efeito de esclarecimento, a Colômbia é um Estado unitário organizado em 32 departamentos descentralizados, cada um com uma capital departamental, e um Distrito Capital (Santa Fé de Bogotá) sede do Governo Nacional e capital do país.



totalidade da sua Amazônia) destinado ao manejo espacial e preservação de ecossistemas estratégicos do país.

A comunidade de Barranco Tigre, como a maioria das comunidades indígenas da Guainía, se baseia num sistema produtivo tradicional de roça e pesca artesanal, com produção mínima de excedentes. A partir do ano de 2000 começaram as visitas de turistas interessados na pesca esportiva. Considerando-se as condições excepcionais de preservação ecológica, principalmente a presença abundante de peixes, a comunidade reúne importantes atrativos para tal atividade. Até 2016 a atividade turística foi dirigida por operadores e intermediários, que pagavam a comunidade uma pequena taxa pela entrada dos pescadores esportivos, assim como pelo trabalho dos integrantes da comunidade, os quais se encarregavam de guiar os turistas, de dirigir os botes, e de prestar serviços de recepção, tais como cozinhar, lavar roupas, manutenção dos acampamentos onde eram hospedados os visitantes.

A partir de 2016, e perante o aumento significativo na chegada de turistas, uma liderança comunitária decidiu iniciar seu próprio empreendimento como operador turístico, desenvolvendo e praticando a ideia do turismo de base comunitária. Com o objetivo de melhorar as condições laborais e os ganhos da comunidade nessa atividade, tornou-se pioneiro na administração de uma nova fonte de renda para ele e sua família. Assim, com a licença das autoridades do resguardo, essa liderança estabeleceu sua operação no território comunitário (virou um operador local) e estabeleceu novas condições para a chegada de outros operadores alheios a comunidade.

As mais importantes etapas daquele processo estão relacionadas ao cumprimento da obrigatoriedade de pedir permissão as autoridades do resguardo para a chegada dos grupos de turistas. Além disso, envolve a autorização para realizar agendamento dos turistas, para que os mesmos possam permanecer uma semana por temporada. No período seco, ela vai de novembro até abril. A liderança também conseguiu implementar uma nova e maior taxa de entrada por cada um dos visitantes (26 dólares aproximadamente). Estabeleceu-se ainda uma remuneração de pelo menos 26 dólares por dia de trabalho para os membros da comunidade que estejam empregados nas atividades (esse mesmo vencimento é pago pelo operador local, por isso é referência).

Outro aspecto não menos importante das conquistas da liderança comunitária foi convencer as autoridades a aceitar que toda a operação logística seja feita por intermédio do novo operador local, que até hoje se encarrega de gerenciar toda a



atividade turística no resguardo. Isso afastou antigos operadores que tradicionalmente levavam grupos de pescadores a comunidade. A exclusão dos antigos operadores também trouxe uma maior quantidade de novos agentes e intermediários interessados em trazer turistas adeptos da prática da pesca esportiva de nível internacional em um lugar que seduz pela exclusividade, já que só tem entrada entre 100 e 120 pescadores esportivos por temporada.

METODOLOGIA

Analizamos a produção de espacialidades a partir das percepções, experiências, necessidades e desejos de uma comunidade indígena colombiana. Assim, na base do trabalho etnográfico e de mapeamento social, se fez necessário recorrer ao estabelecimento de diálogos com os sujeitos que detêm os conhecimentos locais, como fonte principal de dados e informações que permitiram avançar na problematização e compreensão da realidade a ser pesquisada, e como via fundamental na compreensão das tensões territoriais detonadas pela ação turística. A partir dos conteúdos das falas obtidas em campo problematizamos a produção espacial (natureza e território) como um processo dinâmico, no qual entram em jogo materialidades, com um conteúdo tanto técnico quanto simbólico, assim como práticas e significados sociais relacionados com essas materialidades. Assim, na construção da pesquisa que dá sustentação ao texto, o caminho metodológico foi construído no processo de indagação da realidade de uma comunidade que quando alcançada pela lógica dominante capitalista, indica criar ou mesmo recriar formas de resistir para existir territorialmente. Considerando o contexto das tensões, metodologicamente elegemos analisar as dinâmicas geográficas de um determinado território que se apresenta como destino turístico.

Como parte do levantamento e construção de um corpus de dados e informações para a produção da pesquisa doutoral, da qual parte comparece neste artigo, fizemos revisões teóricas sobre as principais elaborações conceituais que servem de base as nossas reflexões, bem como para as análises de experiências similares. Também tivemos acesso as leis, normas e documentos técnicos aplicáveis ao tema e que serão acionados para esclarecimentos das problemáticas já comentadas. Com relação aos trabalhos de campo, realizamos duas incursões ao território indígena nos meses de janeiro de 2019 e abril e maio de 2020. Além de entrevistas semiestruturadas com



diferentes sujeitos envolvidos na dinâmica turística, a partir de visitas e vivências de campo na comunidade e também em comunidades vizinhas com fins de comparação, criamos e executamos um exercício de mapeamento social e de construção do calendário anual das principais atividades envolvendo sujeitos locais, comunidade e visitantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O texto se fundamenta na proposta da Geografia Crítica, cuja matriz é o materialismo histórico-dialético. Configura-se como uma alternativa às posições que identificam à sociedade como uma expressão mais da natureza (expressão de um essencialíssimo biológico), a partir de uma generalização de base romântica que apregoa o retorno a estágios mais naturais ou harmoniosos com a natureza, caindo no risco de naturalizar e miniaturizar as relações de poder. Também se distancia das interpretações da natureza como uma exclusiva criação da sociedade, as quais partem de um construtivismo social que não consegue compreender o papel que, no devir das dinâmicas socioecológicas, criam processos ambientais que não dependem somente da ação humana para sua existência.

Desse modo, incorporam-se ao texto as elaborações teóricas de produção da natureza de David Harvey, as preparações teóricas sobre território e territorialidade de Marcos Aurelio Saquet e Rogerio Haesbaert, e as leituras críticas sobre o desenvolvimento e a questão ambiental de Arturo Escobar, Henrique Leff e Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Considerando as interações das populações tradicionais com o ambiente, observadas nos trabalhos de campo, e a partir das elaborações de D. Harvey (2018) e N. Smith (1988), a natureza é entendida como as condições materiais de existência da sociedade. Assim, também observando as relações que as comunidades locais estabelecem com o meio biofísico mediante o trabalho, mediado pelas instituições que o regulam e os conteúdos simbólicos que lhe dão sentido, lógicas sociais singulares se estabelecem.

Compreendemos que no lugar, as instituições do estado Colombiano que regulam os processos produtivos impõem a redefinição desses conteúdos simbólicos. Parte dos valores de uso dos bens da sociedade, os quais impulsionam a transformação da primeira natureza (mundo físico) em natureza humanizada carregada de significados



culturais, e gerida no marco de arranjos e instituições sociais, criando assim uma segunda natureza cifrada nos valores de troca; estes valores, como uma abstração dos valores de uso, são os objetos do gerenciamento social para sua criação e aproveitamento no sistema do capital.

Por sua parte o território responde a uma constante dinâmica de aparição e desaparecimento que, seguindo Saquet (2015) e Haesbaert (2016), deriva do movimento de concretização das relações sociais que são sua força criadora (territorialidades), as quais sempre estão acontecendo e reconfigurando-se, reordenando assim o território. Em resultado de processos amplos e complexos, o território é valorizado neste trabalho como produto e condição da relação sociedade-natureza, uma trama relacional indissociável que permite a reprodução da sociedade e da natureza, por quanto a primeira faz parte da segunda, a qual, por sua vez, é modificada nessa relação, além de ser a fonte fundamental de matéria e energia para a existência humana.

Trabalhamos ainda com dois conceitos que consideramos necessário seu esclarecimento, eles são desenvolvimento e turismo de base comunitária.

O desenvolvimento é abordado a partir de autores como Carlos W. Porto-Gonçalves (2017), Arturo Escobar (2010) y Enrique Leff (2004), os quais realizam uma leitura crítica ao desenvolvimento, compreendendo-o como uma elaboração própria da racionalidade técnica, científica e moderna ocidental, cuja principal função é o estabelecimento de uma visão hegemônica do mundo. Trata-se de criar um espectro que permita a lógica social dominante gerir suas riquezas e populações segundo os preceitos políticos e econômicos do capitalismo. Tal racionalidade implica na criação de uma relação utilitarista com a natureza, a sociedade e os sujeitos, desconhecendo assim outras formas de conhecimento decorrente da relação sociedade-natureza, geração/distribuição de riqueza e bem-estar da coletividade humana.

Essa apropriação só toma forma efetiva no território, no seu controle de fato, daí vem suas profundas consequências políticas, atreladas a possibilidade de decidir sobre o seu devir. Em consequência, são os territórios os locais de onde podem emergir, e efetivamente emergem, respostas alternativas, formas de existir resistindo as imposições, singularizando lógicas de permanências perante os impulsos homogeneizantes e hegemônicos descritos; ações e movimentos que podem atingir diversas escalas, desde o local até o global, com diversas capacidades de influências,



mas que não deixam de ser produto de um constante conflito por definir quem e como decide sobre as diversas dinâmicas territoriais que configuram o nosso mundo.

Para entendermos o turismo de base comunitária, ou turismo comunitário, iniciamos pela compreensão que dele tem a legislação colombiana, já que define as linhas e ações políticas para sua implementação e fomento.

El turismo comunitario debe comprenderse como una estrategia local de aprovechamiento de ventajas comparativas en condiciones complejas desde lo social, económico, ambiental y cultural, que con unas mínimas oportunidades y capacidades pueden transformar su realidad o entorno en oportunidades competitivas para las comunidades involucradas, otorgando así soluciones prácticas a problemas complejos como la paz y el desarrollo. También se constituye en una alternativa innovadora de aprovechamiento de los recursos locales de manera sostenible, que permiten generar empleo y nuevas formas de generación de ingresos económicos a comunidades con recursos económicos limitados o excluidas. (COLOMBIA, 2012, p.8).

[...] la oferta de servicios turísticos, por parte de una comunidad organizada, que participa, se beneficia e involucra en los diferentes eslabones de la cadena productiva del turismo, en busca de mayor bienestar, desarrollo y crecimiento económico, valorando las características naturales y culturales de su entorno, que les permite prestar servicios competitivos, sostenibles y de calidad. (COLOMBIA, 2012, p.16).

Tal compreensão se foca nas possibilidades que traz aquele turismo para atingir melhores níveis de desenvolvimento pela via do aumento da renda, tendo como característica o envolvimento da comunidade organizada em todos os elos da cadeia produtiva, e a valorização das suas particularidades socioambientais como vantagem competitiva.

Essa, que é uma leitura parcializada do fenômeno por parte da lei, precisa de ser complementada, é por isso que a partir das propostas e leituras de Layrargues (2004), e Braghini, Picanço, Carvalho e Lima (2020), valorizamos o turismo de base comunitária como uma forma de turismo baseada num modelo de gestão, que garante as sociedades locais a propriedade e controle dos bens comuns e atividades econômicas relacionadas; seu envolvimento efetivo na tomada de decisões sobre como é gerido esse turismo (controle dos processos, venda de bens e serviços e o relacionamento com o turista, operadores, intermediários, Estado e agentes externos) e seus limites; valorização, promoção e cuidado da cultura local e da natureza; distribuição comunitária dos ganhos e benefícios; e geração de capacidades para a emancipação das comunidades e melhoras na sua qualidade de vida.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O turismo na comunidade de Barranco Tigre, gera tanto oportunidades econômicas quanto políticas de permanência da comunidade, atreladas a novas territorialidades, as quais por sua parte fazem emergir conflitos pelo acesso e controle dos bens comuns. Retomando as discussões de Hardt e Negri (2011), Bollier (2016), Savazoni (2018) e Dardot e Laval (2019), entendemos os bens comuns como todos aqueles elementos, materiais e imateriais, feitos pelos humanos ou não, que são necessários para a produção e reprodução das sociedades e suas culturas; ao tempo que “o comum” seria os arranjos sociais institucionalizados para a organização e aproveitamento de tais bens, feitos de maneira autônoma por um grupo social, fora dos paradigmas do mercado, da concorrência, da procura do lucro e do acúmulo do capitalismo; ou do controle estatal. Por tanto o comum seria, mais precisamente, o processo de organização social que permite criar condições de existência material e simbólica, para um grupo social, fora dos paradigmas já ditos e em procura de condições de maior equidade e justiça.

O conflito se instala quando territorialidades próprias do mundo indígena, cujos territórios possuem um status de autonomia especial na legislação colombiana passam a ocorrer com maiores proximidades aos arranjos comuns do capitalismo. As relações se vêm interpeladas por territorialidades decorrentes de uma nova prática econômica como o turismo, que chega ao lugar com arranjos e práticas próprias de uma atividade capitalista clássica.

Desse modo percebemos como elementos da paisagem, constituintes dos territórios, como as lagoas e outros corpos de água, ficam no meio de tensões decorrentes de interesses fomentados em diferentes formas de aproveitamento de suas riquezas. Assim há conflitos de interesse entre integrantes das comunidades que tradicionalmente as têm aproveitado como principal fonte de recursos alimentares e econômicos, pela via da pesca de peixes de consumo e ornamentais, e outros membros que tentam priorizar seu uso para práticas turísticas. A preocupação em manter os atrativos tem levando aqueles que praticam o turismo a promover uma consciência comunitária para que poupem determinadas espécies de peixes, os quais são o principal encanto do turismo de pesca esportiva.

O problema central das atividades turísticas na comunidade encontra-se relacionado a sua gerência, a qual é conduzida por uma liderança e sua família. Aquele grupo se



aproveita em maior medida dos ganhos vindos dessa atividade, e que repassam uma quantidade de dinheiro proporcional a entrada de turista no território, distribuída a cada um dos dois povoados que formam o resguardo.

Outros aspectos relacionados as tensões no gerenciamento turístico são decorrentes dos vínculos comunitários, pois ao pertencer originariamente a uma dessas comunidades, aquela liderança trabalha fundamentalmente com pessoas do seu assentamento, fazendo com que finalmente a maioria dos recursos econômicos gerado com o turismo fiquem concentrados nesse lugar. Isso tem proporcionado ao outro grupo e suas lideranças interpretações de um aproveitamento injusto do território que é fundamentalmente coletivo.

O anterior tem feito com que as comunidades tenham se distanciado do propósito de desenvolver um turismo comunitário, como alternativa econômica de um coletivo. Os desencontros tem resultado em ações, em que as lideranças da menor delas (Bachaco) estejam procurando se tornar independentes no que tem a ver com essa atividade. No momento em que realizamos o último campo, eles estavam buscando parceiros alheios ao resguardo, que estejam interessados num empreendedorismo turístico. Assim as comunidades e suas lideranças, identificando essa nova possibilidade de negócio, parecem estar avançando num modelo que nutre o processo de reprodução capitalista, onde há procura e concentração do lucro, e até uma concorrência (bem que incipiente) entre comunidades e sujeitos locais, comprometendo o protagonismo comunitário no desenvolvimento do turismo.

Assim, os bens comuns começam a ser interpretados como recursos passíveis de apropriação por diversos sujeitos, numa lógica própria dos processos de colonização e de exploração capitalista, das quais a mesma comunidade participa. Contudo, quando considerada a capacidade de coordenação do grupo, comparecem atendimentos próprios alusivos à organização social indígena e comunitária, onde as relações sociais impõem limites a essa apropriação, mesmo que a distribuição e destinação de parte dos ganhos vindos do turismo sejam insipientes e desiguais.

Isso é evidente no fato que ainda nenhum membro das comunidades tem proibição de transitar ou pescar em nenhum corpo de água do resguardo, pois ainda essa é uma das atividades mais importantes dessa sociedade, e por tanto priorizada e respeitada; o que também tem a ver com o que ainda se conserva como um profundo sentido de



coletividade sobre o território, que não permite sua privatização ou apropriação individual indefinida.

Também se revela no fato que quaisquer pessoas, própria do resguardo ou alheia a ele, que queira desenvolver atividades com turistas no território, tem que ter a aprovação das lideranças políticas tradicionais do resguardo; assim como prestar contas sobre a quantidade de turistas recebidos e os ganhos vindos por conceito da taxa de entrada no território de cada turista. Essa taxa é fixada entre aquele que opera a atividade turística e as lideranças mencionadas, e depois divididas entre as duas comunidades ou assentamentos do resguardo, segundo o número populacional de cada uma.

Por outra parte, é preciso dizer que o turismo também tem trazido uma revalorização da conservação do território, por conta do interesse que suas feições ecológicas têm perante o mercado turístico nacional e internacional. Isso cobra maior relevância no contexto de um território que está localizado numa grande região que tem sido declarada como reserva estratégica de mineração pelo Estado colombiano (LOPEZ-VEGA, 2016), o que detona conflitos pelo controle da terra, situação que é pior ainda no caso das terras indígenas, assim como constantes pressões de atores internos e externos interessados na mineração (legal e ilegal) nesses territórios.

Dessa maneira o turismo tem sido posicionado como uma alternativa sustentável de produção que implica a conservação ambiental, por parte de lideranças indígenas e autoridades departamentais e municipais interessadas em impulsioná-lo. Assim fornecem uma base que fortalece as posições políticas daqueles que se opõem a consolidação da mineração na região, ao tempo que o projetam como uma nova fonte de recursos econômicos necessários para melhorar a qualidade de vida das comunidades

O que parece desconhecer, de maneira intencional ou acidental, são as consequências desafortunadas e os conflitos territoriais onde se tem envolvido o turismo, especialmente quando concebido de maneira tradicional como um negocio em procura do lucro, tal como analisam Guiland e Ojeda (2012), Pereiro (2013), Ojeda (2014), e Manuel-Navarrete e Michael Redcliff (2014), entre outros. Os conflitos socioambientais e degradações de recursos, que se tem testemunhado em diversas práticas turísticas, e que dificultam a viabilidade do turismo comunitário e de natureza é uma constante no mundo globalizado. Trata-se de uma indústria agressiva, que além da possibilidade de trazer consequências profundamente negativas as populações que



fazem parte desses territórios, em geral, impõem mudanças não planejadas ou não desejadas por aqueles que vivem no/do lugar.

Isso nos leva de novo na reflexão sobre como aquilo que é comum, bens e instituições que fundamentam territorialidades singulares, se vê influenciado por novas valorações do território como possibilidade de reprodução do capital, que se imbricam com práticas e significados culturais locais em função de interesses tanto comunitários quanto particulares, gerando uma mudança no território pela via do seu controle, administração e preservação.

Por sua vez, tal valorização, permeada por esquemas próprios do capitalismo, tem seus próprios riscos decorrentes da sua interpretação utilitarista, segundo a qual aquilo que merece e pode ser preservado é aquilo que tem valor no mercado, que pode gerar ganhos e lucros. Desta maneira se relativizam os diversos valores de uso e simbólicos do território, o que gera uma simplificação deste e coloca em questão a reprodução material e cultural das sociedades locais, tal como analisado pelos autores citados nos parágrafos precedentes.

Em outra frente, constatamos que o turismo se articula e reforça os padrões de poder local (intracomunitários e extracomunitários), ao tempo que apresenta um potencial de transformação dos mesmos. Isso explica como essa atividade, antes gerenciada por atores alheios a comunidade, agora seja dirigida por uma liderança comunitária e sua família. Esses sujeitos praticam um empreendedorismo com características privadas que questiona o paradigma do turismo de base comunitária, no qual se diz estar baseado, mas que a comunidade aparentemente aceita e do qual também recebe benefícios econômicos.

O nordeste da Amazônia colombiana, historicamente tem sido uma região localizada na periferia das dinâmicas socioeconômicas do país, parcialmente articulada pelo viés das atividades extrativistas (aproveitamento de commodities) como a exploração de produtos da floresta (madeira, fibras, resinas, frutos, extratos de plantas, etc.), a pesca e caça comercial, a grilagem de terras, a produção de cultivos de uso ilícito (coca) e o trabalho escravo. As principais dessas atividades, como a exploração da borracha, têm produzido bonanças; ciclos econômicos onde aumenta notoriamente os fluxos de capital e que, caracteristicamente, entram em declínio deixando passivos socioambientais e saída maciça desses capitais.



Nesse marco, que claramente responde a uma lógica colonial, as comunidades indígenas têm ocupado o papel de mão de obra escrava ou barata, tanto quanto fonte de informação necessária para a consolidação dos novos poderes dominantes, e do aproveitamento que fazem daquilo que interpretam como recursos naturais e humanos. Aqui é claro como o domínio territorial decorrente de processos de desterritorialização e reterritorialização, impulsionados por esses poderes ou pelo capital na busca da sua reprodução ampliada, inicia com o domínio das sociedades locais, das suas territorialidades, conhecimentos e corpos, para serem inseridos na lógica colonial de exploração.

Ao ser essa uma trajetória histórico-espacial, se transforma como referente da ação, forma em que a sociedade reage a novos influxos econômicos e o turismo não tem escapulado a isso. Nos primórdios do início da atividade turística mais significativa, nos primeiros anos do presente século, os atores interessados em instituir tal atividade na região vinham de fora dela, especialmente do centro da Colômbia. A articulação do mundo indígena nessa atividade era fundamentalmente a mesma que nas outras atividades extrativistas mencionadas, como mão de obra e fonte de conhecimento territorial, mas com uma importante particularidade.

Atualmente os povos indígenas no país estão muito mais apercebidos dos seus direitos, produto de uma longa luta pelo reconhecimento, respeito e autonomia dos seus territórios, organizados na figura legal do resguardo indígena. Isso forneceu as comunidades do Guanía a possibilidade de se articular de uma maneira menos submissa nessa atividade, e se bem ainda na região permanece o relacionamento hierárquico das comunidades com o capital no turismo, também se avança no início e consolidação de projetos indígenas individuais e coletivos.

Para isso é importante compreender que o turismo é valorizado pelo Estado colombiano como um setor econômico sustentável, e como tal fomentado especialmente nos territórios periféricos, onde se concentram os atrativos turísticos por causa da sua preservação ambiental e diversidade cultural, assim como diversas carências sociais. O turismo é visto como uma possibilidade econômica e social para esses territórios, aliás porque os investimentos em capital necessários são muito menores quando comparados com outros projetos econômicos de desenvolvimento.

No caso da comunidade de Barranco Tigre, como já comentamos, uma liderança assumiu a representação da comunidade e o controle efetivo da atividade turística no



território coletivo, o qual foi possível graças a sua influência política e capacidade econômica, o que o posiciona de forma vantajosa perante outros membros da comunidade. Essa pessoa e sua família decidem sobre as questões mais importantes no atinente as maneiras como é desenvolvida tal atividade, os valores cobrados aos turistas, a distribuição dos trabalhos derivados do turismo entre a comunidade, incidindo diretamente na distribuição dos ganhos ao interior dela, o qual se vê permeado por relações familiares, de amizade, de vizinhança e de afinidade.

É verdade que como liderança, esta pessoa se interessa pelo bem estar da sua comunidade e para que os ganhos atingiam a maior quantidade das famílias, mas também é certo que o papel da comunidade, como organização, se foca mais na recepção clara das contas prestadas anualmente, na identificação de dificuldades atreladas as atividades turísticas, e na decisão ativa sobre como serão investidos os dinheiros coletivos vindos do turismo (aqueles que vem do pagamento da entrada no território por cada turista), os quais usualmente se destinam para atender necessidades igualmente coletivas.

Tudo isso implica em reconhecer que não se identifica uma organização social forte que dê rumo ao turismo como empresa comum, que defina suas características e gerenciamento coletivo ao longo dos seus processos associados; isso é delegado as lideranças políticas do resguardo, e especificamente a aquela liderança que tem investido seu próprio capital num empreendimento com características privadas, o qual deu-lhe direitos de gerenciamento mais amplos. É por isso que afirmamos que esse caso não cumpre suficientemente com as características de um turismo de base comunitária.

Esse particular arranjo, comum na região, impõe riscos a autonomia comunitária, pois abre a possibilidade para a exploração e concentração do poder sobre o território coletivo. Naquele sistema são poucas as pessoas com influência efetiva sobre o planejamento das atividades turísticas e seus efeitos socioespaciais, diminuindo assim o alcance político dos indígenas para acompanhar o processo de transformando da natureza política do território, o qual agora se vê fortemente influenciado por poderes e interesses económicos particulares.

Nesse relacionamento do tipo hierárquico também é reproduzido na escala municipal e departamental, toda vez que os empreendimentos turísticos indígenas não estabelecem algum tipo de organização, ou grêmio, que represente seus interesses e das suas comunidades perante instancias governamentais maiores, e por tanto não surge



ainda uma proposta de turismo própria. Na contramão, o que testemunhamos é a articulação estratégica desses empreendimentos as políticas e projetos governamentais e privados, os quais têm um claro viés mercantilista; e falamos de estratégica porque essa articulação se joga na tensão (fonte de conflitualidades como descrito antes) de responder as lógicas do mercado, que identificam como uma oportunidade econômica, e as lógicas indígenas de relação com o meio biofísico que não se encaixam nas práticas da apropriação e concorrência capitalista.

Finalmente, no lugar observamos que o turismo exerce poder econômico na transformação da natureza mesma pela via da sua produção, na qual se encontram os valores de uso, de troca e simbólicos locais. Seu desenvolvimento ocorre associado as regulações históricas de ordem cultural, com novos valores de troca atrelados a uma nova valoração do estado de conservação ambiental do território, o qual o coloca vinculado ao panorama do turismo nacional e internacional.

Baseados na compreensão da natureza como produto da interação da sociedade com o meio biofísico do qual faz parte, por intermédio do trabalho, e onde se encontram valores de uso, valores de troca e valores simbólicos (diversos outros valores culturais) com o espaço, é imperativo então reconhecer que essa natureza muda conforme se transforma a sociedade e vice-versa. Na comunidade de Barranco Tigre esse é um processo em pleno despegue impulsionado pelo turismo e os interesses nele colocados.

Ainda o território comunitário é gerido segundo arranjos institucionais locais, onde prima o acesso e uso aberto para todos os integrantes do resguardo, guiados por uma lógica não privativa e não mercantilista. É assim que os sistemas produtivos tradicionais (pesca artesanal e agricultura tradicional) se encontram em total vigência, focados no autoconsumo e na troca simples, com pouca produção de excedentes para comercializar, e com capacidade de sustentar os requerimentos alimentícios para conservar a saúde da comunidade. Ademais são atividades e espaços de formação das crianças e jovens, por tanto fundamentais não só na produção como também na reprodução social.

Contudo, também é possível identificar valores culturais atrelados ao aproveitamento dos bens comuns, que se relacionam com crenças religiosas anteriores a evangelização de matriz protestante, fortemente implementada a partir da década de 1950, e que proscreveu as religiões indígenas como pagãs e satânicas (TRIANA, 1989). Essa matriz religiosa indígena continua presente, por exemplo, nos lugares sagrados do



território, especialmente nas cachoeiras e alguns córregos e lagoas, que implicam uma proteção e chegada cuidadosa e respeitosa quando visitados, com restrições de gênero e atividades nesses lugares.

A afirmação do turismo como alternativa produtiva e social, implica a necessidade de re-valorizar a sociedade e o território para sua viabilidade. Então se operacionalizam novos valores de uso e de troca. Isso acontece, por exemplo, com os peixes. Eles não são só importantes para a segurança alimentar, e em grau menor para a venda, senão que seu valor agora fica cifrado no seu atrativo no contexto da pesca esportiva. Principal atividade turística. Esse fato implica procurar não consumir ou pescar algumas espécies, tentando fomentar a maior presença e tamanhos dos seus indivíduos, o qual faz o território mais atrativo aos olhos dos turistas e em comparação a outros lugares.

Aqui os valores de uso claramente mudam e se vêm comandados por novos valores de troca. Assim, o que os turistas, pescadores esportivos, pagam para poder acessar a um território com abundância de peixes de grande porte é basicamente comprar pelo direito de usar aquilo que lhes atraem. Todavia é necessário que a comunidade assuma a partir de suas lideranças uma exploração coletiva da atividade turística, pois enquanto permanecer no controle uma liderança e uma racionalidade pautada no empreendedorismo, as características tradicionais, ou seja, interesse no lucro, competitividade, controle territorial vão predominar fortemente.

No entanto, é necessário destacar que não são somente transformações nos valores de uso e troca. As mutações também ocorrem em outros valores simbólicos, como no caso dos lugares sagrados já mencionados. Com a chegada de turistas esses lugares têm sido relativizados, pois são pontos estratégicos ao ser de interesse turístico. Assim, as proibições em relação aos rituais antes praticados pela comunidade parecem banalizados. Também perdem importância e eficácia já que deixam de ser efetivados com os turistas, resultando sem lugar nem significado nessas práticas. Isso abre caminhos para a sobre-exploração do território, por causa da falta de instituições comunitárias, inclusive religiosa, que regulamente as relações socioecológicas, as quais estão cada vez mais influenciadas por inclusões mercantis.

Importante considerar que tal situação encontra-se fundamentada na reinterpretção e ressurgimento da conservação da base material da sociedade, juntada a uma particular compreensão do turismo como fonte de possíveis benefícios para a



comunidade local, que se processa nas mudanças territoriais assinaladas anteriormente. Evidenciamos assim a produção de uma nova natureza, aquela conservada e exuberante própria do ideal moderno-colonial, que está a espera de ser aproveitada. Certamente, apropriada como possibilidade de reprodução do capital; em tensão com aquela outra natureza própria da comunidade local, cujo valor se localiza na possibilidade de reprodução da sociedade e sua cultura, e como parte de um território que conserva potencialidades de autonomia perante o influxo colonizador das dinâmicas econômicas e políticas externas. O anterior não representa um isolamento de raiz romântico ou reacionário, mas sim possibilidades de um relacionamento estratégico com as dinâmicas da globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comunidade indígena de Barranco Tigre, testemunhamos a pugna pelas sedimentações dos significados do território, associados a novas territorialidades desencadeantes de processos de reterritorialização, expressadas em novas formas de aproveitamento e reivindicação do espaço coletivo, que trazem atreladas conflitos pelo seu controle e uso. Tais conflitos emergem nos (des) encontros das lógicas territoriais locais, associadas as tradições indígenas, com outras lógicas relacionadas com o turismo como atividade produtiva de origem capitalista.

Esse (des) encontros de lógicas e os conflitos associados, revelam as estruturas de poder da sociedade local, e como essas estruturas se relacionam com outras de escalas maiores, gerando um território que é produto de inúmeros conflitos, cuja centralidade encontra-se nas crises das trajetórias do capitalismo. Este, em seu processo de reprodução ampliada, coloca em jogo imposições perante as quais as comunidades locais devem ou podem se articular, ou resistir as suas dinâmicas impositivas.

Em alguns casos a comunidade resiste a partir das suas territorialidades. Contudo as formas de resistências não abrangem a totalidade das suas praticas socioculturais e vinculações ao território. Há dissimulações dos seus valores humanos e muitas vezes são contraditórios em intenções, estratégias e escalas. Assim, em função de interesses concretos, por vezes coletivos mas que na prática se revelam excludentes, tornam os territórios indígenas espaços de disputas, cujo destino depende das formas com que a comunidade se organiza para resistir aos processos que lhes ameaçam.



Ocultamente a esses conflitos no interior do território, existe uma movimentação dos sujeitos locais associada à cultura, aos valores de uso, de troca e outros simbólicos, que em conjunção com as mudanças próprias do turismo repercutem na organização e produção espacial do lugar. No caso em estudo, têm como resultado a produção de outra natureza que encontra alicerces na valoração econômica do espaço e seus elementos, avaliados como recursos no âmbito das relações capitalistas de produção e consumo. Trata-se da incursão da natureza preservada própria da moderno-colonialidade, que se separa da comunidade para conseguir ser apropriada, e que como revela o território, bate e se imbrica com a produção da natureza indígena, rica em significações e práticas necessárias para a reprodução da diversidade cultural e biológica, uma sóciobiodiversidade que é posta em questão por uma avaliação homogeneizante dos valores de troca do capitalismo.

Esse processo de expansão geográfica do capital, ao verse na necessidade de redefinir as relações de produção da natureza, precisa atingir níveis profundos da cultura, é por isso que identificamos valores comunitários e até religiosos envolvidos. É fundamental compreender o importante papel que tem tido a evangelização protestante em tal processo, pois tem facilitado a chegada de valores e significados associados a autorrealização individual de cunho ocidental, que existem nas comunidades na forma da valoração do trabalho individual e do merecimento por essa via, coexistindo com estruturas simbólicas do mundo indígena, evidentes na compreensão da natureza comum do território e sua sacralidade, a mesma que vem sendo questionada e relativizada nas novas formas de uso do território. Assim, a evangelização tem funcionado como uma condição de possibilidade para o desenvolvimento do turismo como uma alternativa de vida cheia de contradições e conflitos.

Agradecimentos

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Brasil, pelo financiamento dos estudos de doutorado de César Augusto Otálvaro Sierra, coautor deste artigo, o qual fez possível sua elaboração.

REFERÊNCIAS

BOLLIER, David. **Pensar desde los comunes**. Quito: Traficante de sueños, 2016.



BRAGHINI, Claudio Roberto; PICANÇO, Cristiane Santos; CARVALHO, José Wellington; LIMA, Lício Valério (orgs.). **Turismo de base comunitária: Reflexões e Práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe**. Aracaju: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), 2020.

COLOMBIA. **Ley 1558 de 2012 por la cual se modifica la Ley 300 de 1996 -Ley General de Turismo, la Ley 1101 de 2006 y se dictan otras disposiciones**. Bogotá: Congreso de la República de Colombia, [2012]. Disponível em: http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley_1558_2012.html. Acesso em: 27 set. 21.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. La institución de lo común: ¿un principio revolucionario para el siglo XXI? Entrevista a Pierre Dardot y Christian Laval”. Por Patrick Cingolani y Anders Fjeld 2019. In: **Revista de Estudios Sociales**, No. 70, p. 65-77, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res70.2019.06>. Acesso em: 27 set. 21.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010.

GUILLAND, Marie-Laure; OJEDA, Diana. Indígenas “auténticos” y campesinos “verdes”. Los imperativos identitarios del turismo en Colombia. **Cahiers des Amériques latines**, No. 71, p. 119-144, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cal/2689>. Acesso em: 27 set. 21.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth: El proyecto de una revolución del común**. Madrid: Akal, 2011.

HARVEY, David. **Justicia, naturaliza y la geografía de la diferencia**. Quito: Traficante de sueños, 2018.

LAYRARGUES, Philippe. **A Função Social do Ecoturismo**. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/301/boltec301e.htm>. Acesso em: 27 set. 21.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental: La reapropiación social de la naturaleza**. México: Siglo XXI Editores, 2004.

LÓPEZ-VEGA, Juan. Desafíos de la movilización minera interétnica en el río Inírida, Guainía, al posconflicto en Colombia. In: ULLOA, Astrid; CORONADO, Sergio (ed). **Extractivismos y posconflicto en Colombia: retos para la paz territorial**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2016, p. 267-302.

MANUEL-NAVARRETE, David; REDCLIFT, Michael. Espacios de consumismo y consumo del espacio: la comercialización turística de la Riviera Maya. In: GÖBEL, Barbara; GÓNGORA-MERA, Manuel; ULLOA, Astrid (ed.). **Desigualdades**



socioambientales en América Latina. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2014. p. 291-308.

OJEDA, Diana. Paraísos perversos: el turismo como estrategia de conservación neoliberal. *In:* GASCÓN, Jordi; OJEDA, Diana (ed). **Turistas y campesinado.** El turismo como vector de cambio de las economías campesinas en la era de la globalización. Tenerife: Foro de Turismo Responsable; ACA; PASOS, RTPC, 2014. p. 15-39.

PEREIRO, Xerardo. Los efectos del turismo en las culturas indígenas de América Latina. **Revista Española de Antropología Americana**, vol. 43, núm. 1, p. 155-174, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAVAZONI, Rodrigo. **O**

Comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: SESC, 2018.

SMITH, Neil. **Uneven Development:** Nature, Capital, and the Production of Space. Georgia: The University of Georgia Press, 2008.

TRIANA, G. **Los Puinaves del Inírida.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1985.